

ACTA N.º 3/2009

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 15 DE JANEIRO DE 2009:

Aos quinze dias do mês de Janeiro do ano dois mil e nove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, estando presentes os Excelentíssimos Senhores António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente, Jorge Alberto Bombas Amador, Vice-Presidente, Jorge Serafim Silva Abrantes, Joaquim Raul Gregório Farto e Paulo Jorge Leal Rodrigues, Vereadores, reuniu, extraordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche.

A reunião foi aberta, pelo Senhor Presidente, eram dez horas e quarenta e cinco minutos.

Não estiveram presentes na reunião os Senhores Vereadores Jorge Gonçalves e Francisco Salvador.

**MAGNA CARTA PENICHE 2025:**

O Senhor Presidente da Câmara começou por esclarecer que a deliberação tomada sobre este assunto, constante da acta da reunião realizada a 9 de Dezembro passado, estava incompleta não referindo a aprovação dos Programas de Actuação.

Referiu que o documento em discussão tinha sido elaborado de uma forma muito participativa e alargada, através da realização de workshops e das edições da convenção “Sou de Peniche”.

Informou também que alguns projectos que iriam ser apontados já estavam em curso, com a apresentação de candidaturas no âmbito do QREN, mencionando, como exemplo, os trâmites já desenvolvidos em relação a candidatura apresentada ao Programa Operacional Factores de Competitividade – Cluster do Mar.

Os dois elementos presentes da equipa que está a elaborar a Magna Carta Peniche 2025, fizeram uma apresentação circunstanciada dos Programas de Actuação e das Medidas e Projectos/Acções inseridas em cada Programa.

O Senhor Presidente referiu que a partir desta fase do trabalho se iria entrar numa fase de análise mais fina e que as medidas agora apresentadas poderiam vir a sofrer modificações e adaptações.

Referiu que havia muitas medidas e acções com um grau de concretização a curto prazo e perguntou qual era o nível temporal que estava subjacente ao conceito de curto prazo.

Informou que no próximo dia 20 de Janeiro iria ter uma reunião sobre o Plano Museológico, para posteriormente submeter este assunto à apreciação da Câmara, e que este Plano era uma medida que estava integrada na Magna Carta.

Disse também que, relativamente à qualificação urbana, os núcleos históricos da Serra d’El-Rei e de Atouguia da Baleia não estavam ainda incluídos nas medidas previstas sobre aquela matéria.

Acrescentou que, no próximo dia 21, iria receber a CCDR Centro para tratar de assuntos sobre a candidatura à parceria para a regeneração urbana e que posteriormente daria conhecimento sobre os resultados dessa reunião.

Solicitou ainda esclarecimento sobre como iria ser feito o acompanhamento à concretização da Magna Carta e como iria ser feita a articulação com as estruturas já existentes, como o Conselho Local de Acção Social, Conselho Municipal de Educação e Conselho Municipal de Segurança.

Os membros da equipa da Magna Carta afirmaram que algumas das questões postas pelo Senhor Presidente eram questões operacionais e que saíam do âmbito da sua actuação.

Avançaram com a proposta de criação de uma equipa de monitorização da aplicação das medidas/acções propostas.

O Senhor Vice-Presidente considerou o trabalho apresentado muito valioso e que estava de acordo com a proposta apresentada. Levantou algumas questões quanto à hipótese de construção do ramal ferroviário.

Disse também que seria indispensável um sistema de monitorização da concretização da Magna Carta e que as medidas/acções, pela forma como estavam escrituradas, iriam garantir um desenvolvimento sustentado de Peniche ao longo das próximas décadas.

O Senhor Presidente disse que, pessoalmente, preferia o meio de transporte ferroviário ao rodoviário e que o comboio, devido à crise dos combustíveis fósseis, iria ter no futuro um maior desenvolvimento.

Acrescentou que as medidas previstas para médio e longo prazo, face aos avanços tecnológicos e inovações, iriam ser alvo de eventuais alterações ao longo do tempo.

O Senhor Vereador Paulo Rodrigues disse que estava perante um bom documento de trabalho e que agora seria preciso elaborar as formas de actuação futura. Disse também que, em matéria de sustentabilidade, era importante encarar esse aspecto numa perspectiva de todo o Município e que não punha de parte a possibilidade do ramal ferroviário, mas era preciso ver o modelo apropriado para Peniche.

Por último disse que era necessário haver um maior aprofundamento do quadro da Governação.

O Senhor Vereador Joaquim Raul saudou a equipa que elaborou a Magna carta, considerando-a um documento muito importante, por fazer um cenário de Peniche para 2025. Acrescentou que, como documento aberto que era, iria sofrer alterações ao longo do tempo e que o cumprimento dos prazos apontados não dependia só da Câmara, mas também das outras entidades intervenientes.

Saudou também o Executivo pela iniciativa de projectar o desenvolvimento de Peniche até 2025, independentemente de quem o concretizar, em termos de mandatos, até aquela data.

Referiu ainda alguns aspectos técnicos relacionados com as medidas ligadas à formação, que foram de imediato consideradas.

O Director do DPGU disse que, no tocante a previsão de construção de uma linha de caminho de ferro, tinha dificuldade em imaginar a sua concretização a médio prazo, por implicar algumas decisões a curto prazo, como a revisão do PDM, trabalho que considera urgentíssimo. Referiu que teriam de ser previstos corredores de passagem do caminho-de-ferro e que seriam levantadas questões ambientais de alguma relevância.

Salientou que o Município iria ser o dinamizador das medidas/acções e que iria haver necessidade de recursos humanos e financeiros para tal tarefa.

O Senhor Director Delegado dos SMAS fez votos para que a Magna Carta não fosse mais um documento sem aplicação prática e referiu a utilidade do Plano Estratégico dos SMAS, elaborado há alguns anos, que até à data tinha dado resultados muito positivos.

O Senhor Director do DEA referiu que tinha participado em várias acções associadas à elaboração deste documento, que tinha assentado na construção de diversos cenários, apresentando diferentes medidas de investimento para o Município.

Concluiu que o documento em análise tinha de ser interpretado à luz do cenário considerado mais sustentável para Peniche.

O Senhor Dr. Sérgio Leandro sugeriu a criação de um observatório local para acompanhar a concretização à partida.

O Senhor Presidente sintetizou o conjunto de preocupações abordadas, nomeadamente aspectos ligados à Governância e à revisão do PDM.

Disse que o próximo passo seria remeter o documento à Assembleia Municipal, que deveria realizar uma sessão só para analisar e aprovar a Magna Carta.

Solicitou também contributos aos elementos da Câmara Municipal.

Marcou ainda a apresentação final da Magna Carta Peniche 2025 para a reunião de Câmara a realizar no próximo dia 9 de Fevereiro.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os Programas de Actuação e as Medidas e Projectos/Acções componentes de cada Programa, da Carta Magna Peniche 2025

ENCERRAMENTO:

Sendo treze horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que, para efeitos imediatos, foi totalmente aprovada em minuta no final da mesma, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro.

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão Administrativa, servindo de Director de Departamento de Administração e Finanças, a subscrevo e assino.